

Na linha de frente: uma entrevista com o secretário de segurança pública do Estado do Ceará, Delci Teixeira (**)

On the front line: an interview with the Secretary of Public Security of the State of Ceará, Delci Teixeira

Ricardo Moura Cavalcante *

O delegado federal Delci Teixeira ocupa talvez uma das posições mais incômodas na gestão Camilo Santana (PT): a de secretário da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Estado do Ceará. Indicação do ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, Teixeira completará dois anos no cargo em dezembro de 2016. Antes de vir para o Ceará, o delegado atuou como superintendente regional da PF em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Paraná. Foi ainda assessor de Disciplina do Ministro da Justiça (MJ) e membro da Comissão de Ética do Ministério da Justiça (MJ). Em entrevista realizada no dia 24 de novembro de 2016, o secretário fez um balanço de suas ações à frente da pasta e da experiência de ser gestor de uma das áreas mais sensíveis do governo. Trata-se de uma oportunidade bastante instigante de compreender o *modus operandi* da ação estatal no campo da segurança pública a partir das reflexões de quem ocupa uma posição de comando.

Paz consentida

Compreender as dinâmicas do tráfico de entorpecentes e do comércio ilegal de armas de fogo talvez tenha sido a principal dificuldade enfrentada pela SSPDS. Logo que assumiu, Delci Teixeira responsabilizou o *crack* como o

(**) Este texto expande e aprofunda algumas reflexões delineadas pelo autor na coluna quinzenal “Segurança Pública” do Jornal O POVO quando entrevistou o delegado da Polícia Federal, Delci Teixeira, então secretário de Segurança Pública do Ceará, no segundo semestre de 2016 (<http://www.opovo.com.br/colunas/segurancapublica/>).

grande indutor de violência no Estado. O que vimos, no entanto, foi o poderio das organizações criminosas assumir proporções inéditas tanto na regulação da conduta da população da periferia quanto nos ataques promovidos contra os órgãos de segurança. Neste ano, a sombra da possibilidade de que grupos do crime organizado estariam por trás da queda de homicídios pairou sobre a Secretaria. Essa informação, contudo, já circulava por agentes da inteligência em meados de 2015¹. No início de janeiro, a Secretaria negou que houvesse qualquer interferência de facções criminosas na regulação da violência nas periferias. Depois, com o aumento de indícios de que haveria uma espécie de acordo de não-violência entre as gangues e uma série de atentados contra os órgãos de segurança, a situação foi tratada como um episódio restrito a “pirangueiros”, nome dado a criminosos de menor periculosidade². Somente após o caos ocorrido no sistema prisional, em maio, que o Governo do Estado passou a compreender a ação de grupos criminosos no Estado como uma ameaça real³. A notícia sobre a rebelião correu o Brasil e foi repercutida pela imprensa internacional. Em um contexto de ascensão do crime organizado, o recuo nos índices de homicídio acabou ficando em segundo plano. Pergunto ao secretário se a hipótese da “pacificação” entre gangues rivais não o incomoda e Delci Teixeira responde que não acha essa hipótese justa por causa do “esforço que os policiais estão fazendo” e cita, em seguida, uma série de medidas tomadas pela SSPDS que teriam contribuído para a diminuição dos homicídios.

Recorrência criminal

“Enxugando gelo” é uma expressão muito usual entre os policiais e se aplica a uma situação em que a prisão efetuada em nada altera o quadro de insegurança no Estado. Dados do Sistema de Informação Policial (SIP) da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social revelam que essa insatisfação possui respaldo nas estatísticas criminais: dos 26.917 autos de prisão em flagrante lavrados no Ceará em 2015, 23.011 foram registrados mais de uma vez com a mesma autoria, representando um percentual de recorrência de 85,5%. Ou seja, mesmo após ter sido presa, a pessoa voltou a cometer algum tipo de crime em seguida naquele mesmo ano.

Há alguns casos de recorrência que chamam atenção. Do total dos autos de prisão, 458 foram registrados mais de cinco vezes em um único ano (1,7%), enquanto 3.906 pessoas foram autuadas uma única vez em 2015 (14,5%). A prisão em flagrante pode ocorrer de diversas formas: quando o autor do crime é pego no momento exato em que comete o ato criminoso, quando é perseguido de forma ininterrupta pela polícia ou ao ser abordado portando instrumentos ou armas que o liguem à ocorrência criminal.

1 <http://www.opovo.com.br/app/colunas/segurancapublica/2015/08/10/noticias-segurancapublica,3483784/a-paz-consentida.shtml>

2 <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/04/28/noticiasjornalcotidiano,3608549/secretario-reclama-de-glamourizacao-de-criminosos.shtml>

3 http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/19/politica/1471620877_245351.html

Os autos de apreensões em flagrante, destinados a adolescentes em situação de conflito com a lei, seguem a mesma tendência da população adulta. Dos 9.058 autos contabilizados pela SSPDS em 2015, 7.612 (84%) haviam sido registrados mais de uma vez. Desse universo, 130 adolescentes foram autuados mais de cinco vezes (1,4%) enquanto 1.446 o foram pela primeira vez (16%). Delci Teixeira culpa a legislação penal pelo ocorrido.

Não credito isso nem à polícia e nem à justiça. ‘Ah, mas a polícia está prendendo mal’... Mas a polícia está prendendo muita gente. Em alguns casos a polícia pode ter prendido mal, em alguns casos a lei determina que o próprio delegado arbitre a fiança, que o juiz arbitre a fiança, e aí eles são soltos lá na frente. Eu creditaria [esse percentual de reincidência] a um sistema, a um arcabouço jurídico nosso muito frouxo para combatermos essa situação.

O secretário cita como exemplo a morte do delegado Audizio Ferreira Santiago, assassinado no dia 15 de novembro, no bairro da Maraponga, periferia de Fortaleza, quando voltava da missa com a família.

Aquele caso do delegado, as imagens mostraram que ele foi morto por uma pessoa de moto. Aquela pessoa de moto tinha sido presa recentemente com arma. Certamente ele estava com a arma assaltando alguém e foi preso e depois colocado em liberdade. Nossas leis são assim. Tem de haver uma mudança drástica nas nossas leis. Agora, uma população carcerária que nós temos no Estado em torno de 23, 24 mil pessoas, já está sobrecarregada, não tem onde colocar mais pessoas.

Para Delci Teixeira, a vontade de fazer justiça com as próprias mãos é uma consequência da descrença na capacidade de o Estado punir os criminosos. O secretário faz um alerta sobre a grande quantidade de linchamentos registrados no Ceará:

[n]ós tivemos esse ano aqui no estado 22 linchamentos. O linchamento significa que o cidadão pensa em resolver o problema logo ou esse camarada será solto e voltará a fazer de novo. Isso é preocupante. Nós estamos trabalhando esses dados para tentar reverter essa situação.

O comentário chama atenção pois não é comum que alguma autoridade do governo assuma o fato de que os linchamentos vêm ocorrendo como uma força de fazer “justiça” por meio da tentativa de aniquilação do Outro. Trata-se de uma prática que se mantém fora do radar dos órgãos de segurança, pelo menos do ponto de vista de uma intervenção pública.

Caos no sistema penal

Em maio de 2016, rebeliões simultâneas atingiram oito presídios do Ceará em uma situação de colapso de seu sistema prisional. O motivo apontado pelos presos foi a suspensão da visita de familiares causada pela paralisação dos agentes prisionais. O motim abrangeu as Casas de Privação Provisória de Liberdade (CPPL) 1,2,3 e 4, no município de Itaitinga (CE), bem como o Sanatório Penal Professor Otávio Lobo. Presos foram mortos e feridos durante o tumulto, fogos foram ateados em colchões e a estrutura interna foi parcialmente destruída. 14 mortes foram confirmadas oficialmente, mas há suspeitas de que o número tenha sido maior. Para Delci Teixeira, tratou-se do pior momento da gestão dele à frente da SSPDS.

[Foi] o momento mais difícil, e aí nós podemos fazer um paralelo com o que está acontecendo agora, se procura disseminar que os policiais estão sendo caçados nas ruas. Qualquer jornalista sério não precisa perguntar na Secretaria, basta ele analisar caso a caso. Mas o problema maior, a crise maior enfrentada aqui foi em 21 de maio, quando os presos em razão de uma greve que houve por parte dos agentes penitenciários, colocaram no chão o sistema penitenciário. A partir daí nós tivemos naquele período, o Choque e o Raio praticamente todo envolvido dentro dos presídios, tentando trazer a normalidade. Ou seja, nós não tínhamos nem o Choque e nem o Raio para trabalhar fora daquela situação. Isso nos trouxe uma angustia muito grande. Em razão dessa ação da polícia lá dentro dos presídios tentando trazer a normalidade houve retaliações aqui fora contra os policiais. Esse foi um momento em que havia pessoas atacando policiais. Não agora.

No período, forças policiais como o Batalhão de Choque permaneceram por mais de um mês nas casas de privação de liberdade para tentar evitar que os presos não fugissem ou que houvesse mais mortes. O Estado ficou desguarnecido esse tempo de sua tropa de elite. Essa informação, contudo, não circulou à época e foi revelada durante a entrevista.

Durou em torno de 40 dias, sem contar com o Choque. E todos os dias nós encontrávamos um túnel e para fechar um túnel era preciso levar os presos pra lá. O governo estava reformando os estabelecimentos prisionais com presos dentro, aí era preciso a polícia para remanejar os presos para uma determinada ala enquanto era feita a reforma. Aí o Choque e o Raio ficaram imobilizados nesses presídios. Esse foi o período mais angustiante e com retaliações contra nossos policiais aqui fora. Tivemos outros casos como incêndios de ônibus. No dia 25 de novembro do ano passado começou a circular boatos pelos grupos sociais, isso parece que está retornando agora. Começou a circular, começaram a queimar ônibus, deram tiros em delegacias e foi difícil trazer isso para normalidade, mas conseguimos.

Em paralelo à crise no sistema prisional, prédios públicos e viaturas começaram a ser alvejados. Casos como invasão a delegacias e até mesmo à Delegacia-Geral, sede da Polícia Civil, para libertação de presos foram registrados no período. Para Teixeira, o trabalho do setor de inteligência foi decisivo para que a autoria de tais ataques pudesse ser identificada e parte dos acusados fosse presa.

Eu diria que a nossa inteligência tem feito um grande trabalho. Nesse período de dois anos eu entendo que nós atravessamos em torno de cinco períodos críticos e a nossa inteligência deu uma resposta e nós conseguimos superar isso. Tivemos um primeiro caso em que pessoas vieram para atacar quartéis e no primeiro ataque nós conseguimos prender essas pessoas que depois, inclusive, um deles foi preso aqui, com extrema periculosidade, foi encaminhado para um presídio federal e num fim de semana um ministro do Supremo soltou essa pessoa que veio organizar ataques contra quartéis da polícia aqui. Nesses cinco períodos de crise graças ao trabalho feito pela inteligência e com o apoio da Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus) e da inteligência da Sejus também nós estamos conseguindo passar por tudo isso e trazer todo o sistema de segurança para a normalidade. O mais angustiante foi mesmo em decorrência do sistema prisional e todos sabem, embora ninguém queira falar a verdade, ou não querem ou não tem interesse, todos sabem o que motivou.

Nesse ponto da conversa, insisto com o secretário para que ele revele quem esteve por trás do estopim das rebeliões de maio nas CPPLs. Ele, então, responsabiliza o Sindicato dos Agentes e Servidores Públicos do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará (Sindasp) e não os presos por ter criado as condições para que o caos se instalasse nas casas de privação provisória.

Basta olhar lá nas reportagens. Está lá escrito alguma coisa. O preso não resolveu a fazer o motim, ele foi forçado a tomar aquele tipo de atitude e quem sofreu as consequências foi o sistema de segurança, os policiais.

[Mas essa motivação veio de onde?]

Veio da movimentação sindical. Tanto é que o Ministério Público chegou a pedir a prisão de toda a diretoria do sindicato. Basta conversar com o Ministério Público e talvez ele te dê acesso a um laudo em que descreve celulares e computadores apreendidos com todo o planejamento do que cada um deveria fazer.

A tese de que os agentes teriam sido responsáveis pelo caos foi brandida pela SSPDS logo após o ocorrido. Em setembro, o Ministério Público denunciou o sindicato e a SEJUS pelo ocorrido. A responsabilização pelas mortes durante a rebelião não ocorreu porque, segundo o MP, os detentos assassinados “já estavam marcados para morrer” por causa de conflitos envolvendo facções criminosas⁴.

Chacina do Curió

Na área da segurança pública, o governo Camilo Santana certamente ficará marcado pela Chacina do Curió. Em 12 de novembro de 2015, o Ceará registrou a maior chacina de sua história: 11 pessoas foram executadas sumariamente, entre 0h20 às 3h57. Os assassinatos foram cometidos em bairros vizinhos ao local em que um PM foi morto e cuja morte teria deflagrado toda a matança: Curió, Alagadiço Novo, São Miguel e Messejana. Sete das vítimas tinham entre 16 e 19 anos. Em agosto de 2015, meses antes da Chacina do Curió, foram registradas duas matanças com cinco vítimas cada e dois triplos homicídios. Cinco pessoas foram executadas no bairro Serviluz e a repercussão foi mínima por se tratar de uma “briga de gangues”. Não se sabe se foi isso mesmo o que aconteceu. E, mesmo que tenha sido assim, quem mandou matar e quem matou? De onde vieram as armas? São todas perguntas mal respondidas. Na região do Cariri, a violência explodiu após a morte de um PM em um único fim de semana. Por não contar com a mesma atenção da mídia, pouca atenção se deu ao caso e os assassinatos passaram batidos em meio a tantos outros.

4 <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/09/mp-responsabiliza-agentes-e-sejus-por-rebelioes-em-presidios-no-ce.html>

Crimes desse porte geram medo, revolta e descrédito nas comunidades em que ocorrem. Em um cenário no qual o Estado é incapaz de mediar as relações sociais de forma pacífica, a segurança pessoal passa a ser feita com uma arma na cintura. O sangue alimenta o rastilho de pólvora que explode os circuitos de vingança e de acerto de contas nas periferias. E nem mesmo os policiais estão imunes a essa situação. Ameaças de morte a PMs são feitas em vídeos que circulam na Internet sem qualquer destemor e sem que haja, por parte do poder estatal, uma reação firme e eficaz, mas dentro dos marcos legais. Por causa disso, o sentimento de frustração e de abandono perpassa companhias e delegacias.

Cada vida humana é importante. Cada caso de homicídio precisa ser investigado da forma mais criteriosa possível. Essas duas frases soam óbvias, mas a dificuldade de investigar é um mal crônico que acomete a Polícia Civil. Diante de tantas ocorrências e de um efetivo policial defasado é preciso fazer escolhas. De modo geral, os crimes de maior impacto ou que envolvam “as pessoas de bem” da sociedade ganham precedência. Esse *modus operandi* se arrasta ao longo dos anos independentemente de quem esteja no comando do Governo do Estado. Mas um dia a tensa linha da banalidade se arrebenta e não é mais possível fazer de conta que não vivemos em um estado de guerra permanente. A reação social à Chacina do Curió não teve a mesma proporção que a dimensão do horror em si. A capital cearense não consegue se desvencilhar da lógica de indignação seletiva de uma “Fortaleza Apavorada”, movimento oriundo de uma classe média alta que se viu acossada pela violência urbana. Nossos olhos são míopes para a vida que pulsa na periferia — para se chegar a uma “Fortaleza Acordada”, que esteja desperta e vigilante ao menor sinal de violações dos direitos humanos.

Após um longo período de investigação, 44 PMs foram presos acusados de envolvimento na chacina. Associações de militares e até mesmo deputados ligados à área da segurança se posicionaram contra as prisões. Nos dias de audiência, grupos de apoio aos policiais ocuparam a frente do Fórum Clóvis Bevilácqua portando cartazes “salvem a polícia” numa clara tentativa de se opor ao processo criminal em curso. Embora classifique como um “golpe pesado” a repercussão que a chacina e as prisões tiveram para o Estado, Delci Teixeira não reconhece a participação da SSPDS em todo o processo investigativo, atribuindo a responsabilidade sobre as prisões à Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Estado do Ceará (CGD) e ao Ministério Público.

O simples fato de todo o ocorrido já trouxe sérios problemas para a segurança. A própria chacina já foi um golpe muito

pesado para a segurança. A prisão desses policiais já foi outro golpe pesado. O que nós temos que entender é que a justiça vai ser feita. Eu particularmente entendo que num número tão grande de policiais que foram presos, certamente desses 44, tem gente ali que não deveria ter sido presa. Eu não tive acesso aos inquiridos, não tive acesso às apurações, mas estou inclinado a concordar que algumas pessoas foram presas porque estavam na região e não tiveram nenhuma participação nisso. Claro que dentro dessas pessoas devem estar aquelas que tiveram participação, mas eu acredito que alguns dos policiais que estão presos certamente não serão condenados, mas estão presos e isso já é uma condenação muito grande. Isso foi um golpe pesado para a segurança, o fato de ter ocorrido uma chacina e eu estive lá conversando com os familiares na região. A prisão de tantos policiais é mais um golpe pesado e acho que alguns não mereciam estar presos. Alguns. Não fomos nós que fizemos as apurações.

Assim como a paralisação dos PMs no Estado em 2011, o julgamento dos policiais militares acusados pela chacina deverá se tornar um marco não só para a instituição quanto para a própria sociedade. O resultado servirá de parâmetro para o que pode ser feito ou não na busca de justiça/vingança por meios extrajudiciais. A polícia, de certa forma, é um espelho do que somos como agrupamento social. Nas redes sociais, muita gente ficou chocada pelo fato de os jovens assassinados serem “inocentes”, ou seja, por não terem participação na morte do PM que teria deflagrado a chacina. Mas mesmo se eles fossem “culpados” não deveriam ser mortos. Deveriam ser presos e cumprir as penas estabelecidas por lei. Isso tem de ficar claro se quisermos avançar em um projeto civilizatório mínimo. Questiono o secretário sobre o modo como a SSPDS tem lidado com o assunto internamente, em meio a uma situação em pleno estado de ebulição.

Na realidade o foco está errado. Se tivessem que reclamar com alguém sobre a prisão teria que ser com a justiça e não com o governo do estado. Houve a apuração por parte da Controladoria-Geral e essa apuração foi ao Ministério Público, que examinou e apresentou a denúncia. A Justiça acatou esse pedido. Eu acho que está havendo realmente uma exploração política dessa situação. Nós temos ditos aos comandos que nós temos que manter a calma. Nós temos obrigação de defender e respeitar a Justiça. Eu

acredito que parte desses policiais não deverão ser condenados, mas nós temos que aguardar isso.

Embora ressalte que as prisões não são de responsabilidade da Secretaria, cabe ao órgão gerir as tensões e as insatisfações no interior da tropa. Mais que isso, cabe à pasta assegurar que a sentença judicial, seja ela qual for, deverá ser acatada por todos que integram as forças de segurança. Resta saber como isso irá ocorrer e as consequências que uma condenação em massa pode vir a ter para a Polícia Militar.

Metas para 2017

A SSPDS trabalha primordialmente com dois indicadores de violência e criminalidade: os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs), que reúnem homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio), e os Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVPs), que abrangem todos os crimes relacionados a roubo, com exceção de latrocínio. De janeiro de 2015 para cá, os homicídios vêm caindo mês a mês, estabelecendo uma tendência decrescente na quantidade de assassinatos (redução de 15% em 2016 na comparação com 2015), embora os números absolutos permaneçam bastante elevados.

Para 2017, conforme Delci Teixeira, os roubos terão uma meta de redução semelhante à dos homicídios, mas com um percentual inferior (6%). O primeiro passo, segundo o secretário, foi mapear as ocorrências em todo o Estado. Para tanto, o registro desse tipo de crime foi facilitado com a implantação de totens eletrônicos espalhados pela cidade, evitando que a pessoa se dirija à delegacia para prestar queixa. Os dados começaram a ser divulgados em 2015 e o cenário que se descortina é de uma elevada incidência de roubos e furtos. Foram 120.244 ocorrências em 12 meses (agosto de 2015 a agosto de 2016), média de 328 casos por dia⁵.

Com um ano inteiro (de janeiro a dezembro) de estatísticas sobre CVPs será possível fazer a comparação mês a mês entre 2016 e 2017. Para que a redução se torne possível, contudo, Delci Teixeira destaca investimentos feitos como a interiorização do Raio, a disseminação de boas práticas de policiamento entre os comandos e a proposta de cobrir a orla de Fortaleza, da Praia do Futuro à Barra do Ceará, com videomonitoramento. À exceção das boas práticas, tratam-se de medidas já adotadas em gestões anteriores. O ano de 2017 nos dirá se essas ações foram suficientes para atender as metas estabelecidas para roubos e furtos.

5 <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/07/25/noticiasjornalcotidiano,3639524/ceara-registra-mais-de-120-mil-roubos-e-furtos-em-12-meses.shtml>